Entidade Adjudicante: Direção-Geral da Autoridade Marítima

Número Processo Despesa: 3021009185

Procedimento: Concurso Público Nº 15/DGAM/2021

Objeto do Contrato: Reparação das EAV "Tâmega" e "Salema"

CADERNO DE ENCARGOS

REPÚBLICA PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS 2
CAPÍTULO I - Disposições Gerais 2
Artigo 1.º | Objeto 2
Artigo 2.º | Contrato 2
Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato 2
Artigo 4.º | Local da prestação dos serviços 3
CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais 3
SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário 3
Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário 3
Artigo 6.º | Conformidade dos serviços 3
Artigo 7.º | Inspeção dos serviços 4
Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias 4
Artigo 9.º | Receção dos serviços 4
Artigo 10.º | Aceitação dos serviços 5
Artigo 11.º | Rejeição dos serviços 5
Artigo 12.º | Fatura Eletrónica 5
Artigo 13.º | Garantia dos serviços 5
Artigo 14.º | Dever de sigilo 5
SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante 6
Artigo 15.º | Preço Base 6
Artigo 16.º | Preço Contratual 6
Artigo 17.º | Condições de pagamento 6
Artigo 18.º | Mora no pagamento 7
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato 7
Artigo 19.º | Penalidades contratuais 7
Artigo 20.º | Força maior 8
Artigo 21.º | Resolução por parte do contraente público 9
Artigo 22.º | Resolução por parte do adjudicatário 9
Artigo 23.º | Execução da caução 9
CAPÍTULO IV – Disposições Finais 10
Artigo 24.º | Comunicações e notificações 10
Artigo 25.º | Cessão da posição contratual e subcontratação 10
Artigo 26.º | Fiscalização 11
Artigo 27.º | Gestor do Contrato 11
Artigo 28.º | Acesso às instalações 11
Artigo 29.º | Proteção de dados 11
Artigo 30.º | Foro competente 12
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS 12
Artigo 31.º | Requisitos Técnicos 12
ANEXO A - EXTENSÃO DO FORNECIMENTO 13
ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 14

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição de serviços para reparação do casco e dos motores da EAV "Tâmega" AMN-01-SG e troca com revisão dos motores da EAV "Salema" AMN-22-SG, da área do Departamento Marítimo do Sul, discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Direção-Geral da Autoridade Marítima, doravante designado por contraente público.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
    a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
    b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
    c. O caderno de encargos e respetivos anexos;
    d. A proposta adjudicada;
    e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.
4. Também em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente artigo e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.
3. A prestação dos serviços será efetuada até no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data mencionada no ponto 1.

Artigo 4.º | Local da prestação dos serviços

1. Os serviços serão prestados nas vossas instalações.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação dos serviços objeto do contrato, o seguinte:
   - Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
   - Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do serviço.
4. Todas as despesas e custos com os serviços objeto do contrato para o local da prestação dos serviços **são da responsabilidade do adjudicatário**.

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

a. Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;

b. Obrigação de garantia dos serviços, caso aplicável;

c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;

d. Obrigação de manter a entidade adjudicante atualizada das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 6.º | Conformidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato de acordo com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos serviços objeto do contrato, apuradas nos termos artigo 8.º 1.

Artigo 7.º | Inspeção dos serviços

1. Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase da inspeção, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das caraterísticas, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção, nos termos do artigo anterior.

Artigo 9.º | Receção dos serviços

1. Após a prestação dos serviços, deve ser emitida a respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
    a. Número do Processo de Despesa (NPD);
    b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
    c. Número do Compromisso;
    d. Morada;
    e. IBAN e código SWIFT;
    f. Endereço de Email;
    g. NIPC ou VAT NUMBER.

2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA.

Artigo 10.º | Aceitação dos serviços

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 7.º comprovem a total conformidade dos serviços objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos serviços objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 11.º | Rejeição dos serviços

1. Os serviços rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário.

Artigo 12.º | Fatura Eletrónica

O adjudicatário deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor.

Artigo 13.º | Garantia dos serviços

1. A garantia dos serviços importa o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos serviços são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 14.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 15.º | Preço Base

1. O preço referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de **44.700,00€ (quarenta e quatro mil e setecentos euros)** (IVA excluído), considerado como parâmetro base do preço contratual.

2. Caso o procedimento seja constituído por **lotes**, deverá ser respeitado o preço base de cada **lote** definido no Anexo A, não podendo em qualquer caso ser ultrapassado

Artigo 16.º | Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. Sem prejuízo do referido no número anterior, é da responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.

4. O contrato a celebrar não será objeto de negociação nem de revisão de preços.

Artigo 17.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.

3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência bancária.

5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.

6. Caso o contrato esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não serão efetuados quaisquer pagamentos antes da apresentação, pelo adjudicatário, do documento comprovativo do pagamento dos emolumentos do processo de obtenção do Visto.

Artigo 18.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.

2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.

3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 2. do artigo anterior, quando aplicável.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato

Artigo 19.º | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

    a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;

    b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1‰, por cada dia de atraso;

    c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1,5‰, por cada dia de atraso.

2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

3. A sanção pecuniária aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 20.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

    a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

    b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

    c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

    d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

    e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

    f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

    g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 21.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 22.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.

2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 23.º | Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para tal exista fundamento.

3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CAPÍTULO IV – Disposições Finais

Artigo 24.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 25.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
    a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar a cessão da posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
    b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
    c. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Adjudicatário não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 26.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 27.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 28.º | Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Artigo 29.º | Proteção de dados

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
    d. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
    e. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
    f. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, ao abrigo do contrato;
    g. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados;
    h. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente

comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

i. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais;

2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Artigo 30.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 31.º | Requisitos Técnicos

As Especificações Técnicas n.º 21/MN/2021 e n.º 22/MN/2021 fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando do Anexo B.

O Diretor de Administração Financeira e Logística,

Luis Manuel Parracho Trindade

Assinado de forma digital por Luis Manuel Parracho Trindade
Dados: 2021.05.10 09:35:13 +01'00'

Luís Manuel Parracho Trindade
CMG AN

ANEXO A - Extensão do Fornecimento

LOTES	OBJETO	QTD	VALOR BASE
1	Aquisição de trabalhos de reparação casco e motores, para a embarcação AMN-01-SG EAV "Tâmega"	1	22 100,00 €
2	Troca e revisão dos motores, pintura das obras vivas, aquisição e instalação do sistema de navegação da embarcação AMN-22-SG EAV "Salema"	1	22 600,00 €

ANEXO B - Especificação Técnica

LOTE 1

Aquisição de trabalhos de reparação casco e motores, para a embarcação AMN-01-SG EAV "Tâmega"

1. OBJETIVO

Efetuar a reparação da embarcação TÂMEGA na sequência do pedido de reparação MGM Nr. 7789.

2. SITUAÇÃO

A. Caraterísticas do casco da embarcação:
   (1) Tipo de embarcação: Semi-rigída cabinada;
   (2) Natureza do casco: PRFV (Fibra de vidro);
   (3) Casco: PRFV;
   (4) Comprimento de fora a fora (Lff): 10,00 metros;
   (5) Boca: 3,30 metros;

B. Caraterísticas do sistema de propulsão:
   (6) Tipo de propulsão: 2 motores exteriores;
   (7) Motor: 2 x [YAMAHA 300 HP, 4 tempos, Injeção eletrónica sequencial multiponto, modelo F300 BETU (V6-4200cc) e FL300 BETU (V6-4200cc)];

Local: Capitania do Porto de Lagos

3. REQUISITOS A TER EM CONSIDERAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

a. REQUISITOS GERAIS E PRAZO

(1) Indicar no orçamento o valor com e sem IVA, de acordo com os requisitos definidos nos pontos 3., 4. e 5., desta especificação técnica, para:

(2) Os orçamentos devem incluir toda a mão-de-obra necessária, materiais de estaleiro, incluindo tintas e diluentes, deslocações, e assistência e apoio às respetivas provas de entrega/receção;

(3) No decurso dos trabalhos devem ser observadas e cumpridas todas as normas de saúde, higiene e segurança no trabalho aplicáveis ao pessoal do estaleiro ou por este contratado;

(4) A entidade executante é responsável pela limpeza dos espaços de trabalho necessários às intervenções descritas nesta especificação técnica, devendo estes, ficar devidamente limpos e isentos de qualquer material estranho ao espaço, no final da intervenção;

(5) Indicar no orçamento, os valores em euros sem IVA discriminados, para a aquisição de material e de mão de obra, por subcapítulo da lista de trabalhos do ponto 5.;

(6) Indicar no orçamento, a marca e modelo de equipamentos novos a serem adquiridos;

(7) Na substituição de equipamentos e componentes, quando mencionado, substituição, deve estar incluído o custo de aquisição dos equipamentos e todo o material necessário à concretização da substituição.

b. QUANTIDADE NO FORNECIMENTO

Considerar a aquisição em número de serviços, peças, artigos, órgãos de fixação e ligação, a serem incluídas na obtenção das intervenções descritas conforme os requisitos definidos nos pontos 3., 4. e 5., desta especificação técnica.

c. PLANO DE ENTREGÁVEIS E PRAZO

(1) Prazo de entrega: 15 (quinze dias);

(2) Contagem do prazo após a emissão do pedido de compra.

d. ACOMPANHAMENTO DO AVANÇO DE TRABALHOS

O acompanhamento de avanço de obra e da receção dos trabalhos é realizado pelo DLOG da DAFL da DGAM.

e. CONDIÇÕES DE RECEÇÃO

(1) Condições gerais

(a) O fornecedor deverá comprometer-se a fornecer qualquer sobressalente ou componente durante, pelo menos, 5 (cinco) anos após a data de receção dos motores.

(b) Para efeitos de catalogação do material, o fornecedor deverá comprometer-se a facultar toda a informação técnica e comercial, necessária à montagem, manutenção preventiva e corretiva, ou outra informação quando solicitado pela DGAM.

(2) Garantia

Os equipamentos novos são cobertos por uma garantia de 24 (vinte e quatro) meses e no caso de serviços executados por uma garantia de 12 (doze) meses.

4. REQUISITOS AOS TRABALHOS A EXECUTAR

a. A instalação e aparelhagem elétricas devem ser de 12V, tensão contínua, e cumprir com o estabelecido na seguinte legislação:

(1) Decreto-Regulamentar n.º 21/84, de 28 de fevereiro “Regulamento de segurança das instalações elétricas das embarcações de tensão até 50 V;

(2) Decreto-Regulamentar n.º 32/83, de 20 de abril “Regulamento de segurança das instalações elétricas das embarcações”;

(3) Normas IEC 60502, IEC 60331-1-1 (não propagador de chama), IEC 60332-3 (não propagador de incêndio), IEC60754-2 (livre de halogéneos), IEC 61034 (resistente ao fogo) e IEC60331 (características elétricas);

b. Deve ser garantida a total segregação dos sistemas elétricos (baterias, circuitos elétricos e eletrónicos) dos sistemas de combustível;

c. Todos os metais em aço inox, relacionados com aquisição nova devem cumprir com o requisito AISI 316 L.

5. LISTA DE TRABALHOS

a. ESTRUTURAS – CASCO

(1) REPARAÇÃO E REFORÇO DA ABA DE FIBRA DE VIDRO NA ÁREA DE FIXAÇÃO DO FLUTUADOR AO CASCO AO LONGO DAS LATERAIS:

(a) Remover flutuador de modo a reforçar zonas deslaminadas;

(b) Reforçar a aba e zona do pavimento BB/EB;

(c) Isolamento das entradas de água para interior da cabine;

(d) Aplicar flutuador ao casco e fazer acabamento final;

(e) Pintura total do pavimento com tinta anti-derrapante;

(f) Remoção de ambos os transdutores e barquinhas;

(g) Fibrar e reforçar buraco do transdutor a anular;

(h) Aquisição e instalação de transdutor p/ axion;

(i) Aquisição e instalação de transdutor s p/axiom 12s;

(j) Reparação e reforço das zonas danificadas com manta de fibra e microfibras;

(a) Remoção da tinta e primários existentes no casco com jato de areia húmido

(b) Aplicação de equipamento vácuo de modo a retirar humidade casco

(c) Abertura de todas as zonas que apresentam fissuras

(d) Aplicação de manta de fibra e betume de enchimento

(e) Preparar casco para aplicação de resina *epoxi weat system*

(f) Aplicação de 5 camadas de resina

(g) Aplicação final 2 camadas de *antifouling*;

(2) SUBSTITUIÇÃO DAS ESCOTILHAS DE ALUMÍNIO REFORÇADO:

(a) Remoção das escotilhas antigas danificadas.

(b) Preparação da superfície do convés para receber novas.

(c) Dar acabamento a cor existente.

(d) Fazer isolamento dos parafusos de fixação

(3) SUBSTITUIÇÃO DOS LEDS DE CORTESIA, SUBSTITUIÇÃO LUZES DE NAVEGAÇÃO, DOIS PROJETORES FIXOS E FORNECIMENTO PROJETOR DE BUSCA LEDS.

(a) Fabricar novas bases em inox para fixação das novas luzes de navegação por cima cabine;

(b) Aplicar tomada extra na cabine;

(4) FORNECIMENTO DE FERRO FUNDEAR/SUPORTE EM INOX PARA FIXAÇÃO

Aplicar suporte em inox para fixação do ferro no interior do porão da proa emoção da tinta;

(5) REPARAÇÃO DO SISTEMA DE LIMPA PARA BRISAS

(6) SISTEMA REMOTO DE MONITORIZAÇÃO E ALARME DE ALAGAMENTO

Aquisição e instalação de um sistema de alarme de alagamento com comunicação para rede de telemóvel GSM.

b. ESTRUTURAS – CONSOLA

(1) SUBSTITUIÇÃO DAS ESCOTILHAS DE ACESO DETERIORADAS

(a) Substituição da escotilha de acesso ao porão na popa;

(b) Substituição das escotilhas de acesso à consola;

(c) Substituição das duas escotilhas deterioradas debaixo do banco de passageiros;

(2) REPARAÇÃO E REFORÇO DA CAPA EM LONA DA CONSOLA;

c. PROPULSÃO E GOVERNO

(1) REVISÃO AOS MOTORES

(a) Efetuar a revisão das 500 horas de funcionamento do ciclo das 100 horas aos dois motores Yamaha de 300 HP, filtros de pressão combustível, velas, zincos e demais ações e material de acordo com o programa de manutenção preconizado pelo fabricante, para os motores 2 x [YAMAHA 300 HP, 4 tempos, Injeção eletrónica sequencial multiponto, modelo F300 BETU (V6-4200cc) e FL300 BETU (V6-4200cc)].

(2) SUBSTITUIÇÃO DOS TUBOS DE ALIMENTAÇÃO DE GASOLINA:

(b) Fazer calha em U de fibra de vidro de modo isolar os tubos dentro da cabine para anular cheiros e contaminação de gasolina.

(c) Verificar estado de conservação das tubagens dos circuitos de gasolina. Verificar conformidade daquelas tubagens com a Norma "EN-ISO 7840 *Small craft — Fire-resistant fuel hoses*". Caso necessário, efetuar a substituição das tubagens de gasolina de modo a cumprir com aquela Norma.

(3) Efetuar a substituição da unidade inferior transmissão do motor BB e reparação da coluna do motor de EB.

(4) Efetuar a substituição da hélice Yamaha inox 15X21X3 LH.

ANEXO B - Especificação Técnica

LOTE 2

Troca e revisão dos motores, pintura das obras vivas, aquisição e instalação do sistema de navegação da embarcação AMN-22-SG EAV "Salema".

1. OBJETIVO

Efetuar a reparação da embarcação SALEMA, na sequência do pedido de reparação MGM n.º 7641.

2. SITUAÇÃO

C. Caraterísticas do casco da embarcação:
- (8) Tipo de embarcação: Semi-rigída;
- (9) Natureza do casco: PRFV (Fibra de vidro);
- (10) Casco: PRFV;
- (11) Comprimento de fora a fora (Lff): 12,40 metros;
- (12) Boca: 2,75 metros;

D. Caraterísticas do sistema de propulsão:
- (13) Tipo de propulsão: 2 motores exteriores;
- (14) Motor: 2 x [YAMAHA 300 HP, 4 tempos, Injeção eletrónica sequencial multiponto.

Local: Capitania do Porto de Lagos

3. REQUISITOS A TER EM CONSIDERAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

f. REQUISITOS GERAIS E PRAZO

(8) Indicar no orçamento o valor com e sem IVA, de acordo com os requisitos definidos nos pontos 3., 4. e 5., desta especificação técnica, para:

(9) Os orçamentos devem incluir toda a mão-de-obra necessária, materiais de estaleiro, incluindo tintas e diluentes, deslocações, e assistência e apoio às respetivas provas de entrega/receção;

(10) No decurso dos trabalhos devem ser observadas e cumpridas todas as normas de saúde, higiene e segurança no trabalho aplicáveis ao pessoal do estaleiro ou por este contratado;

(11)A entidade executante é responsável pela limpeza dos espaços de trabalho necessários às intervenções descritas nesta especificação técnica, devendo estes, ficar devidamente limpos e isentos de qualquer material estranho ao espaço, no final da intervenção;

(12)Indicar no orçamento, os valores em euros sem IVA discriminados, para a aquisição de material e de mão de obra, por subcapítulo da lista de trabalhos do ponto 5.;

(13)Indicar no orçamento, a marca e modelo de equipamentos novos a serem adquiridos;

(14)Na substituição de equipamentos e componentes, quando mencionado, substituição, deve estar incluído o custo de aquisição dos equipamentos e todo o material necessário à concretização da substituição.

g. QUANTIDADE NO FORNECIMENTO

Considerar a aquisição em número de serviços, peças, artigos, órgãos de fixação e ligação, a serem incluídas na obtenção das intervenções descritas conforme os requisitos definidos nos pontos 3., 4. e 5., desta especificação técnica.

h. PLANO DE ENTREGÁVEIS E PRAZO

(3) Prazo de entrega: 15 (quinze dias);

(4) Contagem do prazo após a emissão do pedido de compra.

i. ACOMPANHAMENTO DO AVANÇO DE TRABALHOS

O acompanhamento de avanço de obra e da receção dos trabalhos é realizado pelo DLOG da DAFL da DGAM.

j. CONDIÇÕES DE RECEÇÃO

(3) Condições gerais

(c) O fornecedor deverá comprometer-se a fornecer qualquer sobressalente ou componente durante, pelo menos, 5 (cinco) anos após a data de receção dos motores.

(d) Para efeitos de catalogação do material, o fornecedor deverá comprometer-se a facultar toda a informação técnica e comercial, necessária à montagem, manutenção preventiva e corretiva, ou outra informação quando solicitado pela DGAM.

(4) Garantia

Os equipamentos novos são cobertos por uma garantia de 24 (vinte e quatro) meses e no caso de serviços executados por uma garantia de 12 (doze) meses.

4. REQUISITOS AOS TRABALHOS A EXECUTAR

d. A instalação e aparelhagem elétricas devem ser de 12V, tensão contínua, e cumprir com o estabelecido na seguinte legislação:

(4) Decreto-Regulamentar n.º 21/84, de 28 de fevereiro “Regulamento de segurança das instalações elétricas das embarcações de tensão até 50 V;

(5) Decreto-Regulamentar n.º 32/83, de 20 de abril “Regulamento de segurança das instalações elétricas das embarcações”;

(6) Normas IEC 60502, IEC 60331-1-1 (não propagador de chama), IEC 60332-3 (não propagador de incêndio), IEC60754-2 (livre de halogéneos), IEC 61034 (resistente ao fogo) e IEC60331 (características elétricas);

e. Deve ser garantida a total segregação dos sistemas elétricos (baterias, circuitos elétricos e eletrónicos) dos sistemas de combustível;

f. Todos os metais em aço inox, relacionados com aquisição nova devem cumprir com o requisito AISI 316 L.

5. LISTA DE TRABALHOS

d. ESTRUTURAS – CASCO

(7) OBRAS VIVAS - PINTURA DE FUNDO:

(k) Preparação de superfície com a passagem ligeira por abrasão;
(l) Aplicação de primário (Uma camada);
(m) Aplicação de anti vegetativo (Duas camadas);
(n) Pintura da consola na cor preto mate, com primário e substituição de juntas de vedação da consola para a tornar estanque à água;

e. PROPULSÃO E GOVERNO:

(1) Montagem motores de propulsão de 300 HP e efetuar a revisão ciclo das 100 horas aos dois motores a instalar na embarcação EAV AMN-22-SG "Salema";
(a) Revisão completa dos motores fornecidos pela DGAM;
(b) Montagem das novas cadeiras e fixação ao painel de popa;
(c) Interligação do cabo e acessórios entre o sistema comando e controlo dos motores e sistema de navegação;
(d) Fornecimento e montagem de TRIM completo;
(e) Aquisição e montagem de duas (2) Baterias AGM 12120 Ah, mínimo 1200 A (CCA);

(2) TANQUES DE COMBUSTÍVEIS:
(a) Aquisição e montagem de cinco (5) sensores com protocolo NMEA e acessórios necessários, para interligação do nível dos tanques com o display existente a bordo da marca RAYMARINE e modelo AXIOM.

(3) SISTEMA DE NAVEGAÇÃO:
(a) RAYMARINE, E70481 AXIOM 9" DISPLAY MULTIFUNÇÕES;
(b) CARTA NAVIONICS XL9/46XG;
(c) RAYMARINE, T70243 QUANTUM Q24C RADAR RADOME 18";
(d) RAYMARINE, E70342 TRANSDUTOR CHIRP CPT-S P. POPA;
(e) RAYMARINE, A8090 CABO ADAPT. DOWNVISION P/AXIOM RV;
(f) RAYMARINE, E70537 AR200 AUGMENTED REALITY;
(g) RAYMARINE, T70134 STNG STARTER KIT;
(h) Fazer alteração da consola de maneira aplicar nova eletrónica;
(i) Fazer alteração da base do radar ROLBAR para nova antena;
(j) Fazer montagem e testes finais e revisão geral parte elétrica;

(4) PALAMENTA.
(a) Fornecimento de palamenta completa (recreio tipo 4):
a. Duas boias circulares
b. Cabo de retinida
c. Luz de intermitente
d. Navalha

e. Bússola
f. 4 (quatro) Cabos de amarração - 14mm 10 metros poliéster reforçado
g. Cabos de reboque 20mm 50 metros poliéster reforçado
h. Defensas
i. Kit de pirotécnicos
j. Caixa de 1º socorros
k. Lanterna estanque
l. Bomba de retirar água
m. Bomba de enchimento de 8 litros
n. Saco de resguardo palamenta
o. Sacos estanque para pirotécnicos
p. Refletor radar
q. Buzina

(a) Fornecimento de bomba de enchimento elétrica.